

1

Introdução

Anedoticamente, diz-se que ninguém conhece mais direito trabalhista do que os próprios trabalhadores. O rol desses direitos é extenso: salário mínimo, férias remuneradas, proibição de diminuição de salários, vales transporte e alimentação, licenças maternidade e paternidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros tantos. As garantias oferecidas pela legislação são vistas como um gesto no sentido de amenizar a hipossuficiência dos empregados nas relações de trabalho.

Dentre essas garantias, o FGTS chama especial atenção por conter ingredientes peculiares. Trata-se de uma poupança compulsória para o trabalhador que *(i)* é remunerada a taxas abaixo das de mercado, *(ii)* é em função dela que são calculadas as verbas rescisórias em caso de demissão sem justa causa e *(iii)* é isenta de qualquer tributo.

As críticas que o fundo de garantia sofre não são poucas, algumas das quais serão descritas mais adiante. O objetivo da presente dissertação é ajudar na compreensão das implicações do FGTS para a renda do trabalhador. A principal contribuição deixada, acreditamos, é a descrição das possíveis implicações da característica *(iii)*: o FGTS pode, eventualmente, representar um verdadeiro alívio fiscal.

O resto da dissertação está organizado da seguinte forma: no Capítulo 2, traçamos uma breve história do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, descrevemos seu funcionamento e as principais críticas; no Capítulo 3, apresentamos um modelo de determinação de salário e rendimentos sob o FGTS; no Capítulo 4, testamos, utilizando os dados da Pesquisa Mensal de Emprego e o evento do Acordo de 2001, um dos efeitos previstos pelo modelo para, finalmente, concluirmos no Capítulo 5.